



VALORIZANDO A IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA

Geraldino Barbosa Alves ¹
Francisco Alves Cordeiro Neto ²
Maria Valdinete de Pontes Matias ³

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Dutra, no município de Duas Estradas-PB. Nesta pesquisa, verificamos quais atitudes de discriminação racial seriam encontradas na referida escola e também buscamos lançar propositura que ajudassem a diminuir atitudes preconceituosas em relação aos alunos e alunas negros e negras. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a pesquisa exploratória, com classificação empírica e abordagem qualitativa, cujas características serão expostas no artigo em sua versão completa. Neste artigo, abordamos as leis que favorecem o respeito às diversidades raciais a exemplo da Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases Para a Educação – LDB, além de orientações como as Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e comparamos com a realidade escolar, para refletir se na Instituição Escolar prevalece o que as orientações legais determinam. Vimos também neste artigo que dentro da propositura discutimos o conceito de pluralidade cultural e a sua definição, para um melhor entendimento acerca da temática em questão, além disto, ressaltamos também que são constantes as diferenças relacionadas a diversidade racial e cultural, estas podem ser facilmente verificadas no ambiente escolar, assim como preconceitos, podem ser identificados através de brincadeiras, conversas, atitudes e outros aspectos inseridos no currículo oculto escolar. Por fim, apresentamos os resultados obtidos e a discussão acerca da realidade encontrada no ambiente escolar e familiar, levando em consideração a valorização da igualdade racial na escola, se essa valorização ocorre de fato ou se trata-se de discursos reproduzidos.

Palavras-chave: Igualdade racial; Discriminação; Preconceito.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objeto de estudo a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Dutra, localizada no centro de Duas Estradas-PB. A escola foi fundada em 1997. O nome da escola é uma homenagem a professora Maria Dutra que contribuiu significativamente para a educação deste município. Esta Instituição funciona com aulas nos três turnos: manhã, tarde e noite.

Tivemos como objetivo geral verificar quais atitudes de discriminação racial foram encontradas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Dutra. E por fim,

¹ Especialista em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, dino.sax@hotmail.com;

² Mestrando em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, netoalvescordeiro@hotmail.com;

³ Mestranda em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, valdinetepontesm@gmail.com;



buscamos lançar propositura que ajudem a diminuir atitudes preconceituosas em relação aos alunos negras.

Este estudo visa inserir ações interdisciplinares, ou seja, analisar a questão da diversidade racial no convívio entre os educandos nas aulas, nas conversas entre outros, no intuito de minimizar atitudes preconceituosas no contexto escolar integrando os alunos.

Vale salientar que este artigo também se dá através da esta pesquisa participativa onde o sujeito desenvolve ações dentro da instituição de ensino, construindo um caminho que envolva os alunos entre si, de um modo positivo para minimizar o preconceito.

No contexto educacional, faz-se necessário abordar conteúdos relacionados à temática da pluralidade cultural e as relações de preconceito que permeiam a sociedade acerca do preconceito racial.

Dentro da propositura discutimos o conceito de pluralidade cultural, que de acordo com os Parâmetros Curriculares Pluralidade Cultural:

[...] diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira [...] (BRASIL, 1998, p. 19).

São constantes as diferenças relacionadas a diversidade racial e cultural, estas podem ser facilmente verificadas no ambiente escolar, assim como preconceitos, podem ser identificados através de brincadeiras, conversas, atitudes e outros aspectos inseridos no currículo oculto escolar. O currículo oculto de acordo com Perrenoud (1996):

[...] é onde se apresentam as aprendizagens oferecidas pela escola, que não constam nos planejamentos, mas que reforçam valores e constroem uma visão de mundo, delineiam comportamentos e atitudes, e acabam por moldar os alunos em áreas que passam despercebidas pela instituição. (PERRENOUD, 1996, p.17).

Analisar as relações existentes entre os membros de uma comunidade escolar se faz necessário, pois é uma temática indispensável para compreender a discriminação racial existente no meio social favorecendo o convívio entre discentes e discentes, discentes e docentes e demais membros da comunidade escolar.

As instituições, a família e a escola proporcionam reproduções de conceitos construídos historicamente e repassados para a sociedade acerca de concepções raciais, de forma preconceituosa, sendo que, “se uma criança é branca, é bonitinha”, mas se forem “pretinhas”, são discriminadas.



Sendo assim, cabe a nós no papel de educadores, intervir buscando minimizar preconceitos relacionados a cor da pele, favorecendo a formação do aluno e modificando a construção social voltada ao preconceito através de novas concepções.

Visando contribuir com novas concepções e formas de aprendizados acerca da diminuição de preconceitos, de acordo com a relevância pessoal, social e acadêmica acerca da temática abordada, justifica-se a escolha do tema diversidade racial.

Neste artigo, abordamos a existência de legislações que favorecem o acesso e permanência da comunidade negra na escola, a exemplo da Constituição Federal, Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais e Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Mesmo havendo essas legislações que, na teoria deveria favorecer a igualdade à educação entre brancos e negros, na prática, ocorre diferente.

2 METODOLOGIA

Para tal intuito usamos uma metodologia que vise manter uma ligação entre o objeto pesquisado (sujeito) e o pesquisador para obter o maior número de informação a partir da realidade encontra na escola objeto desse artigo ora desenvolvido.

Sendo assim, a metodologia utilizada nesta pesquisa será a pesquisa exploratória, com classificação empírica e abordagem qualitativa, cujas características serão expostas mais adiante ao tratar da metodologia.

Portanto, através da metodologia abordada buscamos verificar quais atitudes de preconceitos vem sendo realizadas na escola e o que professores e diretores da escola estão fazendo para combate do preconceito racial, assim, podemos contribuir para um avanço de práticas educativas que visem uma educação para o respeito à diversidade racial das alunas. Também utilizamos neste artigo a pesquisa de campo que pode ser compreendida como:

[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 186).

Sendo assim, busca-se com esta abordagem, verificar quais atitudes de preconceitos vêm sendo realizadas na escola e o que professores, professoras e a diretora da escola estão fazendo para combate do preconceito racial.



Dando suporte à abordagem mencionada acima, utiliza-se a pesquisa exploratória, com classificação empírica e abordagem qualitativa. Acerca do tipo de pesquisa mencionada anteriormente, vale ressaltar que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.188):

[...] as pesquisas exploratórias são compreendidas como investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

Além da abordagem mencionada acima, também foi realizada uma entrevista com a professora da disciplina “Formação Humana⁴”, que por questões éticas não terá seu nome revelado. Cabe ressaltar que se pode definir entrevista como: [...] “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 195).

Na entrevista, foi abordado a importância de promover a igualdade racial na Instituição Escolar e a importância desta temática para a formação do indivíduo. Além disto, foi indagado acerca de como a professora aborda a temática da diversidade racial em suas aulas. Além desses aspectos, tratamos do Projeto Político Pedagógico da Instituição visitada e se há aspectos que favoreçam a valorização da diversidade. Por fim, notou-se que há, na Instituição diversos aspectos de preconceitos disfarçados de “brincadeira”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Igualdade de direitos à educação

Na Constituição Federal vigente em nosso país, a educação é priorizada como um direito de todos e efetivação desse direito ficou ao em cargo do Estado, da Família e das instituições educacionais. Como podem ser verificado no texto da Constituição Federal do Brasil:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988, p. 121).

⁴ Acerca da Formação Humana, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica concebe que para que esta ocorra, deve-se compreender a cultura como mediadora das relações do indivíduo com o meio, sendo esta relação um requisito para a formação do cidadão (BRASIL, 2013, p. 89).



Embora a Constituição trate dos direitos mencionados acima, o cotidiano escolar reflete desigualdades entre negros e brancos, sendo que os níveis de escolaridades são diferentes entre brancos e negros, como veremos adiante.

Nas Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, nota-se que:

as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES, 2001, p. 86).

Na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, tem-se destaque para o inciso IV que prevê “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, e o inciso XII que determina “Consideração com a diversidade étnico-racial” (BRASIL, 1996, p.9).

Porém, embora existam leis e orientações pedagógicas que estimule o direito de todos à educação, a exemplo da Constituição Federal, Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, ambas mencionadas acima, atitudes racistas e preconceituosas fazem com que muitos alunos deixem de frequentar a escola por sofrerem discriminação relacionadas à sua cor de pele.

As instituições escolares são influenciadas por acontecimentos na sociedade e acabam sendo uma reprodutora de práticas racistas e preconceituosas que acabam transformando o ambiente escolar em um espaço desfavorável ao desenvolvimento cognitivo de pessoas consideradas diferentes, em especial para as pertencentes à comunidade negra. (CAVALLEIRO, 1998, p. 39).

O surgimento de um ambiente desfavorável, como mencionado no parágrafo anterior, se reflete em todo processo educacional. Baseado nesta desigualdade, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 traz medidas que objetivam a redução das desigualdades e valorização à diversidade que em sua meta VIII visa:

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros (BRASIL, 2014, p. 11).

A meta do plano mencionada anteriormente consente que atualmente, existe diferença entre a escolaridade de pessoas brancas e negras, prevendo que até o final de 2024 a taxa de escolaridade seja igual, mas para que isto ocorra, não basta apenas elaborar metas, mas



proporcionar atitudes que torne o ambiente escolar um lugar favorável para a formação do indivíduo.

Devido à discriminação que ocasiona a evasão e reprodução de preconceitos no contexto educacional, nota-se o insucesso de pessoas negras, o que gera exclusão social e criminalização desses indivíduos, resultado da falta de oportunidades que favoreçam esses personagens excluídos, ocasionada por diversos fatores, a exemplo da falta de empregos que não são concedidos, em algumas situações, pelo fato de haver desigualdades e falta de escolarização exigida para atribuições trabalhistas, pois como foi abordado acima, que a Instituição Escolar torna-se um ambiente desfavorável para pessoas negras, favorecendo ao abandono da escola por este indivíduo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram coletados em uma turma do sexto ano do turno da tarde da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Dutra, observando o comportamento dos alunos, na oportunidade, a professora apresentou-me e ressaltou que eu estava realizando um trabalho acerca da igualdade racial no contexto educacional e ressaltou a importância do mesmo. Segundo ela, “tratar da diversidade é de suma importância para a formação do cidadão e um bom convívio entre os membros da sociedade”(R.F.P.V, 2015). Posteriormente, foi exibido um vídeo intitulado “O preconceito cega”⁵ e, iniciado um debate acerca da temática em questão.

Diante dos comentários preconceituosos dos alunos, pudemos observar nas falas preconceitos disfarçados de “brincadeiras”, tais como: “Negro correndo, pode prender que é ladrão”, “e negro é gente?”, “todo negro é ladrão”, “fulano está com uma catanga de negro”. Com base nesses comentários explícitos pelos alunos, vale relatar a seguinte ideia:

Comunicar é também agir num sentido mais amplo. Quando um enunciador produz em seu discurso elementos da formação discursiva dominante, de certa forma, contribui para reforçar as estruturas de dominação. Se vale de outras formações discursivas, ajuda a colocar em xeque as estruturas sociais [...]. Sem pretender que o discurso possa transformar o mundo, pode-se dizer que a linguagem pode ser instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou de conservação (FIORIN, 1998, p. 74).

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=acc-i7n6V48>



Sendo assim, entende-se que os alunos, ao utilizarem desses comentários preconceituosos, disfarçados de “brincadeiras” estão reproduzindo a indiferença entre brancos e negros no meio social.

Os alunos relataram atitudes de preconceitos divulgados na mídia, como foi o caso dos jogadores ao serem comparados com macacos. Um aluno chamou minha atenção ao mencionar que “ficam uns ‘bestas’ chamando um jogador daquele de macaco, mas esse macaco tem dinheiro para viver bem, enquanto esses outros não”. Com base no comentário deste aluno, fica evidente que as questões financeiras também influenciam o preconceito, sendo que, se for negro com condições financeiras favoráveis, é respeitado, porém, se for negro e pobre, é excluído. Sendo assim, nota-se que a linguagem, utilizada pelos alunos influencia de forma positiva, ou negativa a formação da identidade, como afirma Sousa (2005):

[...] ao influenciar significativamente os indivíduos, a linguagem torna-se determinante no processo de construção da identidade, especialmente dos mais jovens, sendo que só é possível o indivíduo manter sua auto-identificação como pessoa de importância em um meio que confirma essa identidade [...] (SOUSA, 2005, p. 114).

De acordo com entrevista realizada com a professora da disciplina “Formação Humana”, que será identificada neste texto apenas pelas iniciais do nome, a mesma salienta que “promover a igualdade racial na Instituição Escolar é de suma importância para a formação do indivíduo, tendo em vista que é este tipo de atividade que fortalece o vínculo e o bom convívio entre os seres humanos, quebrando o paradigma de que há diferença entre um homem branco ou um homem negro”. (R.F.P.V, 2015). Ao questionar como ela utiliza esta temática em suas aulas, ela responde que: “ao observar qualquer atitude de caráter racista, interfiro elencando que todos são iguais e não é a cor da pele que vai interferir no caráter do sujeito, mas sim, sua educação” (R.F.P.V, 2015). A professora acrescenta que:

O Projeto Político Pedagógico da Escola prevê a valorização da temática étnico racial, porém, nota-se a falta de interesse de alguns docentes acerca desta temática, como se trabalhar a questão étnico-racial fosse algo sem importância para a formação do indivíduo, minimizando a questão ética do direito à igualdade” (R. F. P. V, 2015).

Com base no exposto acima, nota-se a existência de uma forma de silenciamento acerca das relações étnico-raciais, ao ocultar esta problemática, estes docentes estão, de certa forma, contribuindo para uma atitude racista, como percebe-se no fragmento abaixo:

Dizer e silenciar andam juntos... Há pois uma declinação política de significados que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar de dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é a sua dimensão política (ORLANDI, 1995, p. 55).



Acerca da relação entre os alunos na sala de aula, a professora comentou que “em algumas situações, alguns alunos brincam com outro aluno, que é mais escurinho, mas ele não se incomoda, acredito que seja pelo vínculo de amizade que ele tem com os colegas de sala” (R. F. P.V, 2015).

Fica explícito que, o aluno que sofre esse tipo de “brincadeira” percebe-se que ao ser tratado de tal modo, acata de forma passiva, pois têm como algo natural, consequência do “coleguismo”.

Ao refletir acerca do comentário da professora e da observação de comportamento dos alunos, percebe-se que, infelizmente, ainda é alarmante a utilização de “brincadeiras” para a reprodução de práticas preconceituosas. Além disso, cabe ressaltar que a professora, mesmo sem intenção, faz uso de uma linguagem preconceituosa ao utilizar o termo “escurinho” para se referir a um aluno. Acerca do comentário da docente, pode-se afirmar que: “As educadoras e educadores, muitas vezes, no afã de ajudar na solução dos conflitos raciais que presenciam na sala de aula, caem também nas armadilhas de seu próprio discurso [...]” (SOUSA, 2005, p. 112).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado neste trabalho possui fundamental importância em diversos aspectos na formação do indivíduo, como foi exposto, sendo assim, o mesmo deve ser tratado por mais pesquisadores.

Vimos no decorrer deste trabalho que algumas instituições sociais a exemplo da família e a escola proporcionam reproduções de conceitos construídos historicamente e repassados para a sociedade de forma preconceituosa, reproduzindo estereótipos. Baseado neste fato, os docentes podem interferir de forma significativa, elaborando projetos acerca desta temática, conversando com os alunos que utilizam de mensagens preconceituosas, para que, desta forma, o educando reflita antes de executar atitudes preconceituosas, a exemplo das brincadeiras disfarçadas de “brincadeira”.

Abordamos neste texto que existem legislações, especificamente, utilizadas no contexto educacional, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional e outras como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal e as Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais que favorecem o acesso e permanência dos grupos minoritários, em especial, às pessoas pertencentes as comunidades étnico-raciais. Porém, diversos fatores fazem do ambiente escolar, um local desfavorável para pessoas negras, gerando



forte diferença entre pessoas brancas e negras, resultando em distorção de série/idade entre alunos brancos e negros, como abordamos anterior ao tratar das metas do Plano Nacional de Educação.

Outro aspecto relevante acerca das relações étnico-raciais abordado neste artigo é que, tanto em referência bibliográfica, quanto na observação dos dados, nota-se que ocorre reproduções de atitudes preconceituosas fantasiadas de “brincadeiras”, onde os personagens envolvidos aparentam não se importar por se achar submisso de forma passiva. Acerca desta ação, pode-se dizer que:

Entendemos não ser mais compreensível que tais posturas sejam amenizadas ou relevadas com o discurso de que são apenas “brincadeiras” ou desabafos na hora dos desentendimentos. É preciso agir com firmeza, pois trata-se de respeito humano e de igualdade de direito no que se refere ao convívio social (SOUSA, 2005, p. 114).

Portanto, cabe aos educadores e Instituições Escolares, ofertar meios que possibilitem de fato, acesso e permanência na escola e igualdade para todos, seguindo as legislações existentes minimizando toda e qualquer atitude acerca de práticas que fortaleçam a reprodução do preconceito, tornando assim, o espaço escolar em um local que não oprima as pessoas, apenas pela sua cor da pele. Acerca da escola, pode-se dizer que:

As mudanças podem começar pela escola, partindo do princípio de que todos passam (ou deveriam passar) por ela, pois as grandes transformações não se originam apenas de grandes feitos, mas de iniciativas do dia-a-dia, simples e persistentes. É essencial que a escola desperte nos alunos a capacidade de compreenderem e atuarem no mundo em que vivem, é preciso dar-lhes informações e formação para que possam atuar como cidadãos, organizando-se e defendendo seus interesses e da coletividade (SOARES, 2012, p. 18).

Sabe-se que a Instituição Escolar é o ambiente que, juntamente com a família, é o espaço responsável à formação do cidadão e, através de pequenas atitudes no cotidiano do educando, atitudes essas que incluam valorização as relações étnico-raciais, poderá minimizar as reproduções preconceituosas transmitidas pela sociedade.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professores em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais**. Livro de Conteúdos. Versão 2009-Rio de Janeiro: CEPESC. Brasília, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CAVALLEIRO, Eliane. **Discriminação Racial e Pluralismo nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo**.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1998.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1998.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Retrato das Desigualdades de gênero e Raça**. 4ª ed. Brasília: IPEA, 2011.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAANEN, John Van. **Métodos Qualitativos para Pesquisa Organizacional**. vol. 24, nº4, Dezembro, 1979.

PERRENOUD, Pierre. **A Construção do êxito e do fracasso escolar**. Madrid: Morata, 1996.

SOARES, Gisele Lángaro. **A formação do cidadão no ambiente escolar: da conscientização à intervenção na própria realidade**. São Gabriel. 2012.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. **Linguagens escolares e Reprodução do Preconceito**. Coleção Educação para todos. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.